

Autoavaliação da Pós-Graduação: Survey aplicado aos Coordenadores de Programas da Área de Educação

Postgraduate Self-Assessment: Education Program Coordinators Survey

Marlis Morosini Polidori¹ , Cláudia Medianeira Cruz Rodrigues^{1*} 

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil

COMO CITAR: Polidori, Marlis Morosini, & Rodrigues, Cláudia Medianeira Cruz (2024). Autoavaliação da Pós-Graduação: Survey aplicado aos Coordenadores de Programas da Área de Educação. *Revista Brasileira de Avaliação*, 13(1), e130824. <https://doi.org/10.4322/rbaval202412008>

Marlis Morosini Polidori, branca, funcionária pública federal aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Cláudia Medianeira Cruz Rodrigues, branca, funcionária pública federal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Resumo

O tema da Autoavaliação nos Programas de Pós-graduação ganhou especial atenção a partir da última ficha de avaliação da Capes que inseriu tal tema como item de avaliação. Desde então, tem se mostrado um desafio a ser gerido, pois a ficha também prevê a sua relação com o Planejamento Estratégico dos Programas. Este trabalho possui como objetivo levantar as opiniões dos Coordenadores sobre perspectivas de inovação e de utilização pedagógica da autoavaliação na Pós-Graduação (PG). Para tanto, foi aplicado um *survey* através do *Google Forms* a 188 Programas de Pós-graduação da área de Educação no Brasil, entre os dias 18 e 23 de maio de 2023 e 57 Coordenadores responderam ao instrumento de coleta. Os Coordenadores de programas entendem que a Autoavaliação não pode ser um fim em si mesma, porém, ela possui uma dimensão formativa e transformadora voltada para melhoria dos programas.

Palavras-chave: Autoavaliação. *Survey*. Coordenadores de programas.

Abstract

The topic of Self-Assessment in Postgraduate Programs gained special attention following the latest Capes evaluation form, which included this topic as an evaluation item. Since then, it has proven to be a challenge to manage, as the form also provides for its relationship with the Strategic Planning of the Programs. This work aims to gather the Coordinators' opinions on perspectives of innovation and pedagogical use of self-assessment in Postgraduate Studies (PG). To this end, a survey was applied via Google Forms to 188 Postgraduate Programs in the Education área in Brazil, between May 18th and 23rd, 2023 and 57 Coordinators responded to the collection instrument. Program Coordinators understand that Self-Assessment cannot be an end in itself, however, it has a formative and transformative dimension aimed at improving programs.

Keywords: Self-assessment. *Survey*. Program coordinators.

A RBAVAL apoia os esforços relativos à visibilidade dos autores negros na produção científica. Assim, nossas publicações solicitam a autodeclaração de cor/etnia dos autores dos textos para tornar visível tal informação nos artigos.

Recebido: Outubro 27, 2023

Aceito: Abril 12, 2024

***Autor correspondente:**

Cláudia Medianeira Cruz Rodrigues
E-mail: claudia.rodrigues@producao.ufrgs.br



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.



Introdução

A autoavaliação (AA) pode ser entendida como um processo avaliativo autogerido pela comunidade acadêmica. A autoavaliação implica uma sequência de ações que levam o programa de pós-graduação à tomada de decisões e, quando for o caso, a mudanças que propiciem melhorias na qualidade da formação de mestres e doutores e do conhecimento produzido. A autoavaliação também envolve o acompanhamento dos egressos, que podem fornecer informações relevantes sobre a perspectiva dos ex-alunos sobre o programa. Portanto, a autoavaliação é um componente essencial para a avaliação multidimensional realizada pela Capes, que busca valorizar as propostas dos programas em todas as áreas do conhecimento.

Como parte da investigação "AAS21. Avaliação e redes de colaboração III: Revisitando a prática e a teoria dos processos de Autoavaliação com foco na colaboração, experimental *mindset* e produção de conhecimento no Brasil e em outros países de ALyC", foi aplicado um *survey* sobre Autoavaliação (AA) aos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação (PPG) em Educação. O objetivo da aplicação do *survey* era completar as informações sobre AA relativas a cada programa, objeto da pesquisa em andamento e, conhecer as opiniões dos seus Coordenadores sobre perspectivas de inovação e de utilização pedagógica da autoavaliação na Pós-Graduação (PG). Resultados referentes a primeira parte desta pesquisa, de caráter qualitativo, podem ser encontrados em Leite et al. (2023).

Revisão de literatura

Uma sucinta revisão de literatura sobre o tema da AA no Brasil aponta que, ao longo dos anos, ocorreram mudanças nas políticas de educação superior do país que consolidaram a Capes e seu papel como órgão responsável pela elaboração e desenvolvimento do Plano Nacional de Pós-Graduação *Stricto Sensu*. A Capes tem como atribuições elaborar, avaliar, acompanhar e coordenar as atividades relativas à pós-graduação na educação superior. De acordo com Viana Filho et al. (2019, pp. 138-139):

A prerrogativa de coordenar a avaliação da pós-graduação fortaleceu o papel da Capes. Durante o período da redemocratização, a Capes não passou por grandes mudanças. Pelo contrário, a continuidade administrativa tornou-se uma marca da instituição.

Na Proposta de Aprimoramento do Modelo de Avaliação da PG, documento final da Comissão Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 que data de 2018, se delineia a autoavaliação institucional dos programas de pós-graduação. Esperava-se que a AA se consolidasse e se tornasse elemento central do sistema avaliativo da Capes. Então, segundo o documento, a expectativa sobre autoavaliação incluía a sua realização através de processos participativos, "[...] baseados em diversas estratégias, técnicas e instrumentos, gerando relatórios analíticos que apontam potencialidades e fragilidades do programa e que revelam políticas e ações de correção e consolidação [...]" (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2018b, p. 19).

Em 2019 expande-se a prerrogativa de melhoria da avaliação Capes através da tentativa de torná-la multidimensional, considerando-se cinco dimensões: (i) ensino e aprendizagem; (ii) internacionalização; (iii) produção de conhecimento; (iv) inovação e transferência de conhecimento; (v) impacto e relevância econômica para a sociedade (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2019a). A multidimensionalidade ampliaria a questão de associar avaliação com inclusão de aspectos de autoavaliação e retorna à preocupação com a qualidade da Pós-Graduação. Amplia igualmente a questão da autoavaliação a qual é um item que constava nos Programas de Pós-Graduação desde a década de 1990, conforme salientam Nazareno & Herbetta (2019), sendo um elemento de extrema importância e necessidade para o desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação do país no que tange a melhoria da qualidade e sua expansão.



[...] a autoavaliação se torna [...] elemento fundamental para orientar as estruturas de gestão das instituições de educação superior, como atividade intrínseca ao processo de planejamento, e realizada de forma contínua, geral e específica, buscando integrar as ações acadêmicas e administrativas da IES (Griboski et al., 2018, p. 188).

Em relatório intitulado “Autoavaliação dos Programas de Pós-graduação”, o grupo de trabalho instituído pela Capes em 04 de julho de 2018 divulga os resultados de estudos e proposições com a finalidade de aprimoramento do processo e dos instrumentos relacionados a avaliação da pós-graduação (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2018b).

Segundo Brasil (2022, p. 105) “[...] parece ser sólida e bem estruturada, e merece maior protagonismo no processo de avaliação global [...]”. No seu entender, a autoavaliação não deve limitar-se a alguns subitens subavaliados, mas deveria significar liberdade para os PPG apresentarem narrativas desimpedidas de suas realizações, com base em suas missões e apoiadas por evidências que fazem sentido, em vez de indicadores fáceis de comparar. Ainda, deveria permitir que o PPG fosse diferente, sabendo que a qualidade do seu trabalho não precisaria ser remodelada para se adequar a fórmulas incapazes de medir a diversidade. Finalmente, enfatiza Brasil (2022), deveria permitir que a multidimensionalidade se manifestasse como mais do que um conjunto de notas resultantes, mas como um processo que reconhece e valoriza dimensões no centro do processo de avaliação.

Cabe enfatizar que já em 1986 era considerado o item de melhoria da qualidade dos cursos de Pós-graduação (Nazareno & Herbetta, 2019). Ressalta-se o que Dias & Oliveira (2020, p. 254) trazem:

[...] a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, que envolve muitas dimensões e, assim, sendo, deve ser avaliada de forma sistêmica e global, pois o sistema educacional é formado por múltiplos componentes que se inter-relacionam e se influenciam mutuamente. Acredita-se, que a qualidade educacional deve ser avaliada em seu conjunto, medidas isoladas não surtirão efeito.

Este conceito que se refere ao desenvolvimento da qualidade na educação superior remete a necessidade de considerar a importância da sua complexidade tendo em vista a origem empresarial do conceito de qualidade e suas adaptações no âmbito educacional. Sem dúvida este é o conceito que ainda preside as políticas que introduziram a autoavaliação no sistema avaliativo Capes.

Soma-se a preocupação com qualidade a menção à Inovação. Importante evidenciar que o documento da Proposta de Aprimoramento do Modelo de Avaliação da Pós-graduação desenvolvido pela Capes enfatiza que “[...] deve-se, necessária e obrigatoriamente, atentar para a internacionalização e inovação, visando ampliar a excelência da PG brasileira” (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2018b, p. 9).

Cabe enfatizar que, ao referirmos neste artigo o tema “Inovação”, estamos acompanhando o entendimento do documento sugerido pela Capes que menciona que a nova ficha de avaliação será única em relação a seus itens (Programa, Formação, Impacto na Sociedade), sendo a grande inovação do quadriênio, e sua estrutura aplicada aos diferentes níveis e modalidades da pós-graduação *stricto sensu*. Para tanto,

[...] cada área será responsável por estabelecer os indicadores e critérios referentes a cada item e, de modo específico, a Área de Educação deverá aproveitar alguns itens construídos historicamente, reformular outros e, em alguns poucos casos, introduzir novos, principalmente de cunho qualitativo (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2019a, p. 8).

No entender de Leite et al. (2023), no que tange a relação da autoavaliação e o tema inovação,

[...] a autoavaliação pode ser uma oportunidade de aprendizagem individual e institucional. Nessa perspectiva, pode ser um processo de inovação com aderência a mudanças incrementais, longe de ter como propósito apenas um mero objetivo



classificatório. Pode ser somativo a outros objetivos ainda desconhecidos, contribuindo nomeadamente para a melhoria contínua dos programas de pós-graduação.

Desta forma, afirmam as autoras que não basta somente os programas quererem inovar. “É preciso experimentar novas alternativas para vivenciar processos disruptivos”. Neste sentido, uma mentalidade experimental (*mindset* experiencial e/ou *growth mindset*) reforça a conexão com a inovação. Essa mentalidade “[...] trata da mudança, do caráter empreendedor que um programa pode ter num momento em que professores, alunos e gestores e técnicos assumem compromissos com novas e outras possibilidades [...]” (Leite et al., 2023, pp. 4-5).

Contudo, Viana Filho et al. (2019, p. 140) alertam que uma das interferências possíveis de ocorrer seria a “[...] fortificação do papel da Capes como órgão de avaliação e regulação. A avaliação tornou-se uma faceta da regulação”. E, neste sentido, “[...] os dados provenientes da avaliação dariam subsídio aos atos de regulação da Capes”.

Leite et al. (2020) opinam sobre esta questão quando dizem que:

[...] avaliação e regulação por vezes se misturam e têm resultado em processos avaliativos em larga escala que, na busca por objetivação, perdem, por outro lado, no levantamento das especificidades de cada caso e na participação dos atores locais.

Ressalta-se que, de acordo com Almeida (2016) e Rasco (1998), a autoavaliação costuma ampliar o acesso às informações referentes aos Programas e acaba por interferir na sua *accountability* reforçando, desta forma, a responsabilidade pública das instituições de educação superior. Importante evidenciar que tal preocupação vem expressa nos documentos de área de avaliação da Capes, desde a Trienal de 2013, no item Inserção Social no qual a preocupação é a inserção e os impactos nacionais e regionais do programa, bem como a integração com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação e a visibilidade e transparência dada ao programa frente à sua atuação. A responsabilidade pública tem a ver com a formação ofertada que vai incidir na qualidade do egresso, sua atuação na sociedade como profissional. De acordo com Trevisol & Balsanello (2022, p. 478), “[...] a percepção dos egressos é fundamental para avaliar a qualidade do processo formativo, assim como a inserção dos titulados no mundo do trabalho e nos demais espaços da vida social”.

Por outro lado, necessário considerar que a autoavaliação pede por um ambiente institucional que atenda a diversas questões, em especial, aquilo que se refere à garantia da liberdade comunicativa e que haja permanente motivação, tanto por parte dos participantes, como das IES. A autoavaliação seria um real processo de aprendizagem, de crescimento social e de melhoramento institucional, segundo Dias Sobrinho (2005). Para o autor, deve ser imprescindível a autoavaliação para além da avaliação externa, “[...] deve ser séria, participativa, democrática, dialógica, reflexiva, questionadora, quantitativa e densamente qualitativa, socialmente responsável, formativa e crítica” (Dias Sobrinho, 2019, p. 7).

Trevisol & Balsanello (2022) também concordam que o processo de AA exige que seja participativa e que esta participação ocorra pelos diversos atores que compõe os Programas de Pós-Graduação resultando em melhorias e transformações que só ocorrem quando há envolvimento de todos os membros de um Programa. Conforme enfatizam Leite et al. (2020), na educação superior o foco e os objetivos da AA são decididos pelos protagonistas. Complementam dizendo quem são os atores protagonistas da AA: docentes, discentes, egressos, técnicos-administrativos. Os autores chamam a atenção de que, em última instância, a AA é um processo que exige tempo, recursos e dedicação dos protagonistas.

Neste sentido, considerando as abordagens realizadas acredita-se que foram apresentadas as possibilidades e inclusive, os prováveis empecilhos existentes na avaliação da pós-graduação brasileira designada e coordenada pela Capes no que diz respeito a relação entre qualidade, autoavaliação, planejamento estratégico, inovação e multidimensionalidade no desenvolvimento desta prática avaliativa.



Procedimentos metodológicos

Este trabalho utilizou de pesquisa de campo e bibliográfica. A pesquisa de campo foi aplicada através do instrumento *Google Forms*. A listagem atualizada com endereços de *e-mails* dos Coordenadores de Programas foi oportunizada pela Coordenação de Área de Educação da Capes e nela constavam os mesmos Programas (188) cujos relatórios (173) haviam sido analisados na primeira parte da investigação por parte do Grupo de Pesquisa. Entre os dias 18 e 23 de maio de 2023 foram disparados os *e-mails*, obtendo-se retorno de 57 instrumentos preenchidos atingindo-se aproximadamente 30% de respostas. Responderam ao questionário os Coordenadores de Programas de Pós-graduação de 23 Universidades Públicas Federais, 23 Universidades Privadas, Confessionais e Comunitárias, 10 Universidades Públicas Estaduais e 1 Cefet. Dentre os Programas, 27 cursos são de Mestrado e Doutorado, 18 de Mestrado e 12 de Mestrado Profissional.

O instrumento aplicado utilizou o sistema *Google Forms* e constava de 9 questões fechadas e 1 aberta versando sobre as categorias de pesquisa que vinham sendo trabalhadas, a saber, quanto aos critérios Capes: Continuidade (pré-existente, relação com AA da IEs); Formação discente e/ ou Produção intelectual discente (sobre metas a atingir); Avaliação docente (com critérios); Escuta aos a) discentes e b) egressos (sobre sua formação); Escuta aos docentes (críticas e sugestões); Membros externos (acompanhar AA).

Quanto aos objetivos da AAS21, buscava indícios de Inovação: Paradigmática (rupturante, radical)¹; Novidade no sistema; Insuficiente ou não mencionada. Quanto aos indícios de *mindset experiencial* e/ou *growth mindset* buscava: Sensibilização, Desempenho, Planejamento estratégico a) *a priori*; b) *a posteriori*, Ações e Resultados.

Em suma, as questões de resposta simples versavam sobre o foco da AA Capes; sobre melhoria da qualidade de cada programa; AA imprescindível ou não ao programa; envolvimento da comunidade interna e externa na AA; participação na AA; relação da AA com inovação; relação da AA favorecendo experimental *mindset* e interface da AA com planejamento estratégico. A questão de resposta múltipla versava sobre os indicadores qualitativos mais significativos da avaliação e a questão de resposta aberta sobre o que pode ser melhorado, eliminado ou ampliado na autoavaliação.

Resultados

A seguir apresentam-se as respostas ao *survey* aplicado.

Na Questão 1, sobre formação discente, envolvimento de egressos e na inserção social, um percentual de 5% de respondentes discordou da afirmação de que foco da AA está na formação discente, envolvimento de egressos e na inserção social, enquanto 34% concordou plenamente e 61% concordou, ou seja, somados, 95% dos respondentes entendem que dentre outros aspectos a AA objetiva melhorar a formação discente, envolvendo os egressos e têm foco na inserção social do programa (Figura 1).

Na Questão 2, quando perguntado sobre a melhoria da qualidade atribuída à AA, 100% dos respondentes estão de acordo: 51% concordam plenamente e 49% concordam (Figura 2).

Na Questão 3, sobre a imprescindibilidade da AA, as respostas divergiram sendo que dois participantes dentre os 57 não responderam à questão. Os respondentes disseram que discordam plenamente (7%) ou discordam (33%). A resposta discordante corresponde ao positivo – a AA é imprescindível para 13% dos respondentes e indiferente para 9%. No entanto ela pode ser prescindível para a maioria dos respondentes que assinalaram concordância com o enunciado que dizia ser a AA um avanço, porém não imprescindível ao PPG. Ou seja, pode-se verificar que 51% discordam ou discordam plenamente de que a AA não é imprescindível enquanto 40% (33% + 7%) dizem que a AA é imprescindível. Esta resposta pode induzir a interpretação de que a AA não sendo imprescindível, o PPG poderia avançar ou viver sem ela, como até o presente aconteceu (Figura 3).

¹ Importante aqui evidenciar que embora o GT da CAPES quando aborda a Produção Técnica e Tecnológica (PPT) propõe uma divisão da produção em: i) alto; ii) médio; iii) baixo; e iv) sem inovação *aparente*, a presente pesquisa buscou verificar a possibilidade da existência de uma visão rupturante ou mesmo radical se coadunando com a proposta do GT da CAPES que utiliza o conceito de inovação tendo como base a produção de conhecimento.

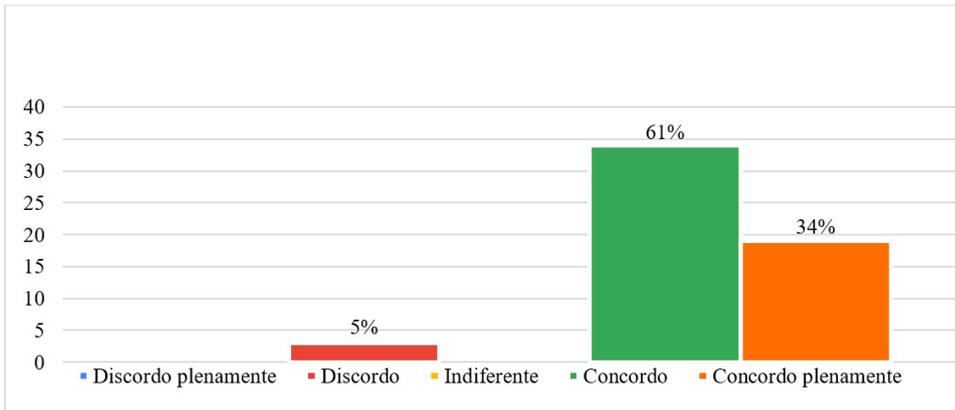


Figura 1. A Autoavaliação da Pós-Graduação, introduzida no último quadriênio (Capes 2017-2020), entre outros aspectos tem foco na formação discente, envolvimento de egressos e na inserção social.

Fonte: Elaboração Própria.

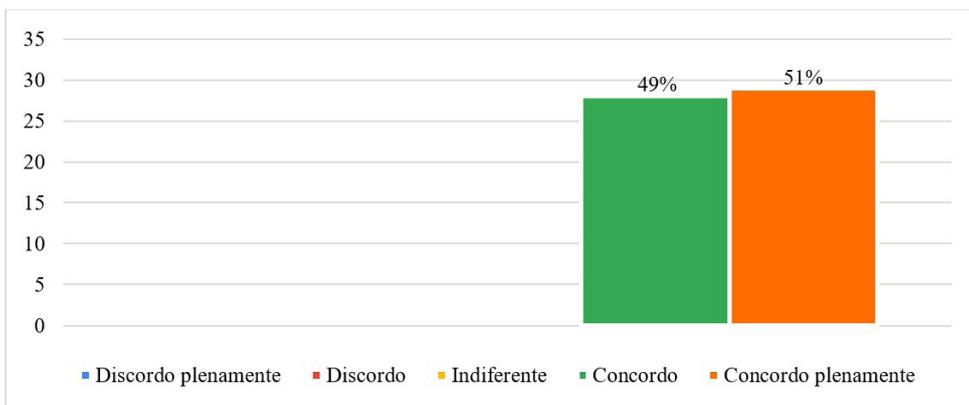


Figura 2. A autoavaliação contribui para auxiliar na melhoria da qualidade de cada programa de Pós-graduação.

Fonte: Elaboração Própria.

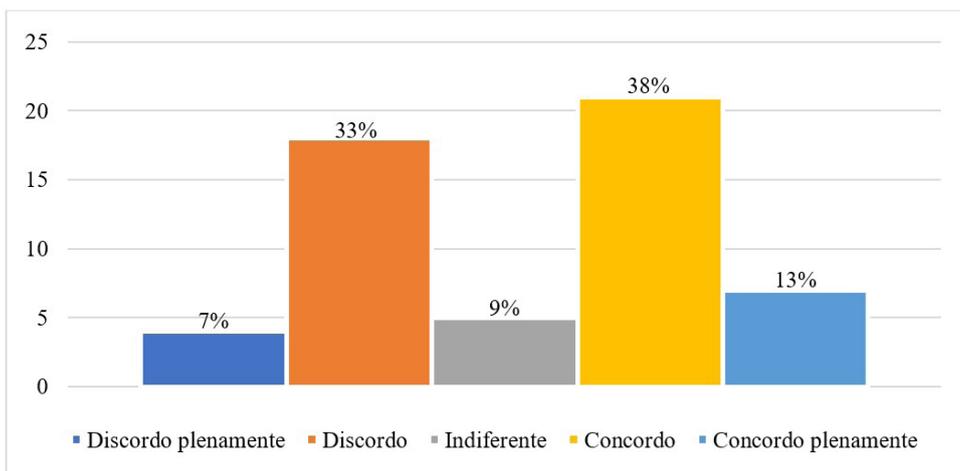


Figura 3. A Autoavaliação introduzida no instrumento de avaliação multidimensional da Capes, constitui um avanço importante, porém não imprescindível ao PPG que coordeno.

Fonte: Elaboração Própria.

Embora tenha sido considerado que a AA não é imprescindível para a avaliação multidimensional do Programa de Pós-Graduação, torna-se significativo colocar o questionamento de como considerar estes elementos não imprescindíveis para a formação dos indivíduos e para o bom andamento de uma avaliação multidimensional.



Na Questão 4 sobre envolvimento das comunidades interna e externa, 4% dos respondentes discordam, ou seja, discordam que a AA envolva a comunidade interna – docentes, estudantes e técnico-administrativos e comunidade externa – egressos. Cerca de 54%, no entanto, concordam e 41% concordam plenamente que a AA deve envolver ambas as comunidades (Figura 4).

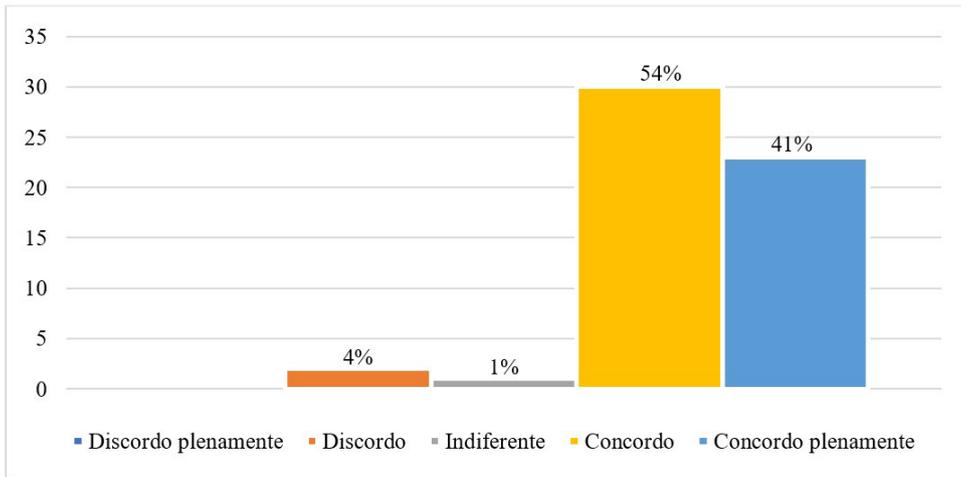


Figura 4. A Autoavaliação envolve tanto a comunidade interna - docentes, estudantes e técnicos-administrativos – quanto à comunidade externa – egressos

Fonte: Elaboração Própria.

Na Questão 5, quando perguntados sobre o incentivo à participação por parte do Coordenador do Programa, cerca de 12% não concordam (10% discordam e 2% discordam plenamente), sendo 11% indiferente e 77% concordantes (50% concordam e 27% concordam plenamente). Então, um percentual de 12% de Coordenadores não concorda que seja sua responsabilidade incentivar a participação. Há aquelas para quem isto é indiferente, podem ou não incentivar a participação, porém a maioria (77%) dos respondentes concordam que devem estimular a participação das comunidades interna e externa na AA do programa (Figura 5).

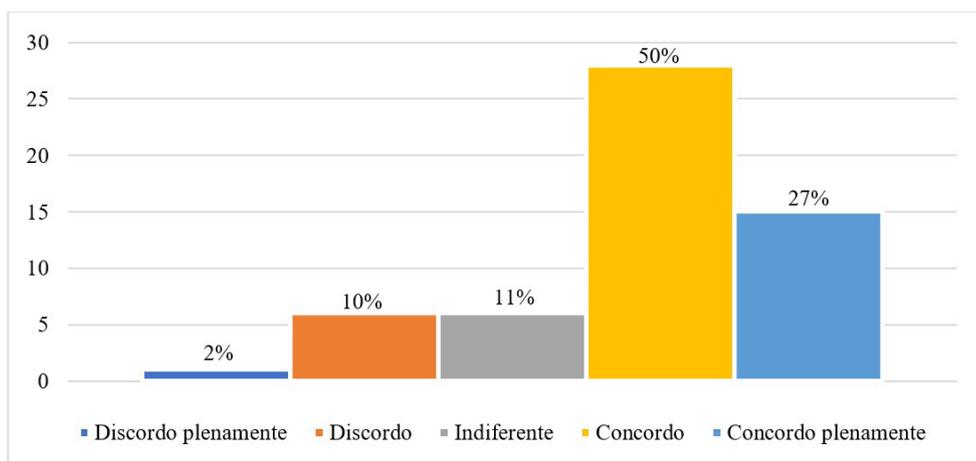


Figura 5. Cabe ao Coordenador(a) incentivar a comunidade interna e externa do Programa para que haja participação no processo de Autoavaliação

Fonte: Elaboração Própria.

A Questão 6 trata da Inovação, entendida como um movimento de rupturas e mudanças no Programa de Pós-graduação. Nesta questão houve discordância entre 9% dos respondentes



e indiferença entre 11% dos respondentes. No entanto, 46% dos respondentes concordam que a AA favorece a Inovação e 34% concordam plenamente com a afirmativa, o que dá um percentual abrangente de 80% de Coordenadores de Programas que consideram que a AA estimula a Inovação produzindo rupturas e mudanças (Figura 6).

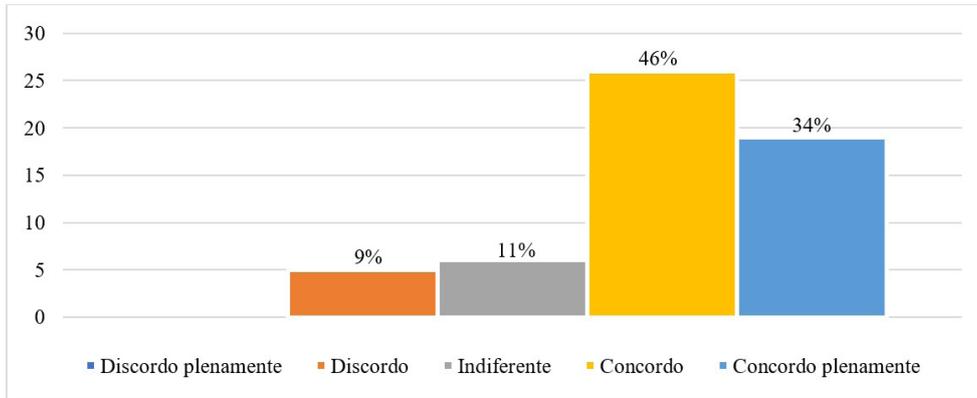


Figura 6. A Autoavaliação favorece a inovação entendida esta como um movimento de rupturas e mudanças no Programa de Pós-graduação

Fonte: Elaboração Própria.

Sobre o tema Inovação na Pós-Graduação, no estudo realizado com egressos de uma Universidade Federal do Sul do país intitulado “A pós-graduação sob a perspectiva dos egressos: um estudo de autoavaliação”, Trevisol & Balsanello (2022) constataram que a dimensão que se refere às atividades de inovação teve manifestações de ‘regular’, ‘fraco’ ou ‘péssimo’ em percentuais altos. Embora haja manifestações positivas por parte dos Coordenadores de Programas neste item da Inovação, parece que a percepção dos egressos difere daquilo que os Coordenadores expressaram como acontecido.

Quanto ao ‘experimental *mindset*’ (Questão 7), 50% concordaram e 21% concordaram plenamente, somados atingem 71% dentre os respondentes que possuem uma visão favorável sobre o favorecimento da mentalidade para experimentar o novo e da mentalidade para o crescimento que a AA proporciona. No entanto, 16% discordam desta possibilidade e 13% são indiferentes a ela (Figura 7).

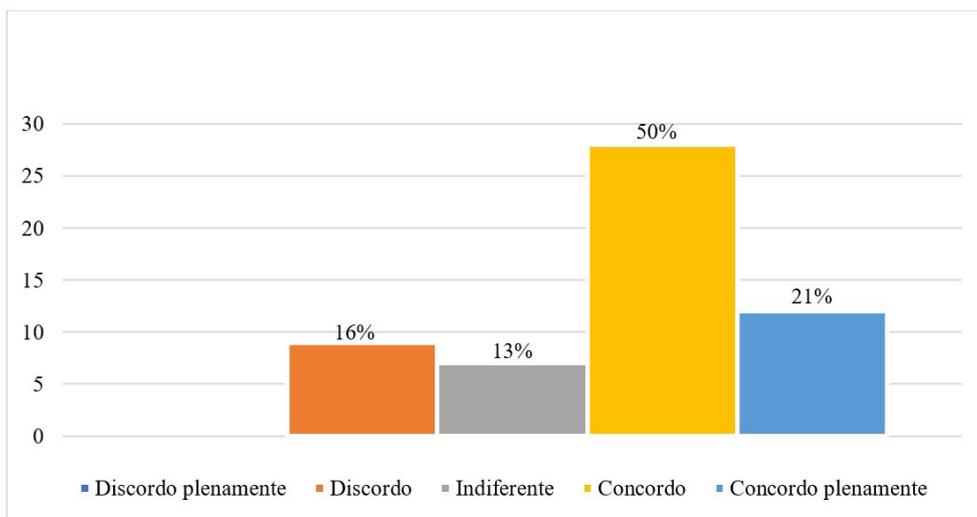


Figura 7. A Autoavaliação favorece o “experimental mindset” entendido este como a mentalidade para experimentar o novo, mentalidade para o crescimento

Fonte: Elaboração Própria.



A Questão 8 abordava a interface com o Planejamento Estratégico do Programa. Nesta questão um dos respondentes nada assinalou. Os demais 96% concordaram e concordaram plenamente que existe esta interface e visa à experimentação, mudança organizacional e inovação. Um grupo de 4% dentre os respondentes discordou desta relação de interface (Figura 8).

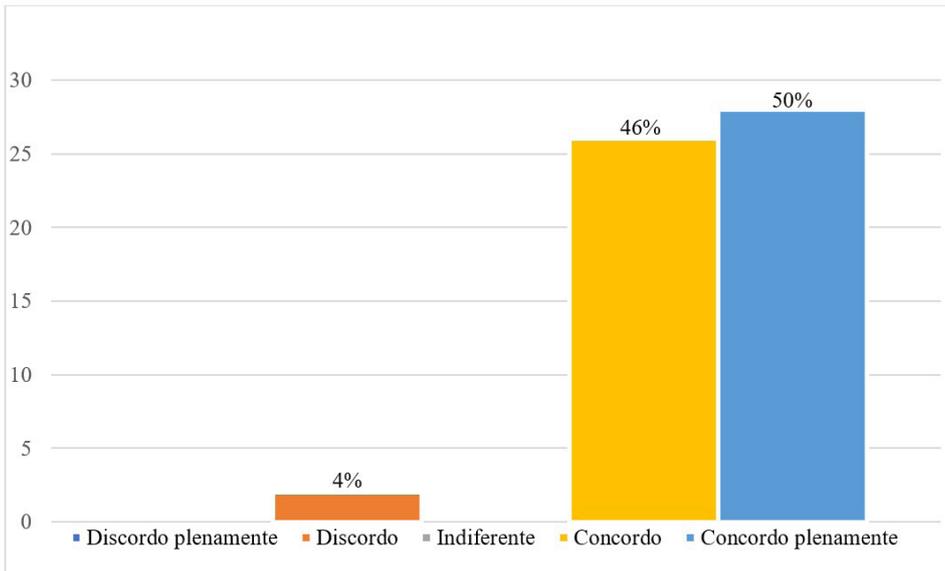


Figura 8. A Autoavaliação faz interface com Planejamento Estratégico do Programa visando experimentação, mudança organizacional e inovação

Fonte: Elaboração Própria.

Na Questão 9 os respondentes tinham diversas alternativas para assinalar. As alternativas versavam sobre os indicadores qualitativos do novo instrumento da Avaliação da Pós-Graduação Capes e qual seriam os mais significativos. As respostas foram variadas.

Ressalta-se, no Quadro 1, aquelas cujos percentuais de concordância foram maiores e as respostas estão ordenadas por ordem de significância assinalado pelos respondentes.

Quadro 1. Indicadores introduzidos pela AA.

Indicador	nº respondentes	%
Inserção social	37	64,9%
Planejamento estratégico	33	57,9%
Autoavaliação	32	56,1%
Egressos	25	43,9%
Indicadores qualitativos	20	35,1%
Formação discente	18	31,6%

Fonte: Elaboração própria.

Ainda houve um percentual de 8,8% de respondentes que afirmaram que as mudanças dos indicadores no instrumento de avaliação Capes não afetaram o PPG. Chama atenção na pergunta espontânea que formação discente ficou relegada por significância (31,6%) ao último posto dentre as respostas assinaladas. Como interpretar o dado que na Questão 1, a formação discente foi apontada pela maioria dos respondentes (95%) como foco da avaliação Capes?



Por fim, a Questão 10 do instrumento solicitava a manifestação referente ao que poderia ser melhorado, eliminado ou ampliado no processo de autoavaliação dos Programas de Pós-graduação. O pedido considerava a experiência dos Coordenadores nos Programas e, também, relativizava a questão de o processo de AA ser recente. O Quadro 2 visa sintetizar as contribuições dos respondentes.

Quadro 2. Contribuições sobre o que pode ser Melhorado, Eliminado e/ou Ampliado na Autoavaliação dos Programas de Pós-Graduação a partir da experiência do(a) Coordenador(a) em AA.

O que pode ser melhorado	Em relação ao: Processo de avaliação	Ter caráter mais processual e ser mais formativo
		Deve ser mais qualitativa do que quantitativa
		A avaliação deve fomentar uma cultura avaliativa e não de culpabilização ou ênfase nas insuficiências
		Deve-se ter um envolvimento coletivo
	Em relação ao: Instrumento de AA	Deve-se propor um roteiro, uma estrutura para o planejamento da AA
		A construção de um instrumento geral de AA pode colaborar com a construção das métricas
		Deve-se avançar em indicadores qualitativos
		Deve-se avançar em indicador de especificidade do PG
		Deve-se melhorar a compreensão dos indicadores; pesos diferentes para missões diferentes em <i>clusters</i> que podem ser gerados com estudos quali-quantitativos
		Deve-se ter maior clareza nos descritores qualitativos para que seja um <i>input</i> para melhor organizar a AA
	Em relação ao: Planejamento da avaliação	Deve-se criar comissão de Autoavaliação por linhas de pesquisa
		Para programas profissionais, especialmente educação básica, deve-se valorizar e pontuar mais a inserção social
	Em relação ao: Preparo dos coordenadores dos Programas	Deve-se preparar os coordenadores para fomentar o engajamento em uma cultura avaliativa
	Em relação aos: Egressos	Deve-se mapear a trajetória dos egressos
		Deve-se monitorar a produção intelectual dos egressos
	Em relação aos: Resultados da avaliação	Uso dos resultados da AA visando ações efetivas para melhoria do programa
		Desenvolver, a partir dos resultados, um processo institucional reflexivo, não por ser uma exigência da Capes
		AA deve ser sistemática, ser um processo estruturante do PPG, ganhando densidade e organicidade
		Deve ser reavaliado o <i>qualis</i> de algumas revistas
	Em relação a: Regionalização e internacionalização	Deve-se combater urgentemente aspectos de homogeneização e reconhecer as especificidades regionais

Fonte: Elaboração própria.



Quadro 2. Continuação...

O que pode ser eliminado	Em relação a: Comissão externa	Eliminar exigência de comissão externa no processo de AA
	Em relação a: Regulação	Perspectiva de regulação deve ser eliminada porque se mistura com processos avaliativos
	Em relação a: Viés	Eliminar o viés empresarial
O que pode ser ampliado	Em relação a: Perspectiva da AA (coletivo e participativo)	AA deve contribuir para a melhoria da qualidade da instituição, visando o engajamento da comunidade num processo permanente de autocrítica e transformação, apoiado no diálogo, formação e participação.
	Em relação a: Eventos, Seminários, discussão, capacitação por parte da capes	Deve ser organizado eventos visando a socialização de experiências de AA
		Deve ser realizado cursos formativos para preenchimento do sucupira
		Deve ser realizado eventos para discussão da AA
Em relação aos: Resultados da avaliação	A AA deve ser usada para orientação do processos e não apenas como fator de classificação, de atribuição de notas visando credenciar ou descredenciar	
Em relação aos: Programas profissionais	Ampliar as questões sobre inserção social-reinserção social	

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao que poderia ser melhorado obteve-se diversas manifestações. Um dos tópicos abordados foi a necessidade de a avaliação ter um caráter formativo sendo encaminhado para um processo mais qualitativo. A fala a seguir demonstra esta preocupação.

O processo de avaliação precisa ter caráter formativo e ser o mais simples possível para não se tornar um 'peso' nos programas e efetivamente colaborar com a melhoria e qualidades das ações.

As seguintes contribuições reforçam esta questão.

A autoavaliação precisa ser cada vez mais orientada para o seu caráter processual e, sobretudo, formativo.

A autoavaliação deve ser feita pelos programas numa concepção de avaliação formativa. A concepção subjacente ao atual instrumento da Capes é de acompanhamento e premiação com notas que mostram o ranking dos PPG no país e reflete na distribuição de bolsas e possibilidade de participação em editais de fomento às pesquisas.

Ainda, esta ideia corrobora da seguinte forma:

A avaliação deve ser mais qualitativa do que quantitativa. A busca desenfreada pela produção por parte dos docentes que acumulam outras atividades na universidade, muitas vezes é desestimulador e leva a desistência de participar no programa. A avaliação deve ser flexibilizada no que se refere a produção e impacto social.

Avaliação mais qualitativa. Foco nas produções de destaque.

Uma outra necessidade que aparece no contexto é a importância de os coordenadores serem qualificados para conduzir tal processo, reforçando o desenvolvimento de uma cultura da avaliação.

Clareza acerca dos indicadores, preparação dos coordenadores para fomentar o engajamento necessário, fomento de uma cultura avaliativa de caráter avaliativo e não de culpabilização ou ênfase nas insuficiências.



A participação dos egressos dos Programas no processo avaliativo também é uma preocupação e foi trazido como uma demanda de melhoria.

A abordagem com relação aos egressos pode ser melhorada. É praticamente impossível mapear a trajetória de todos os egressos.

Creio que as estratégias de monitoramento da produção intelectual de egressos poderiam ser mais divulgadas, pois trata-se de um grande desafio.

Há uma preocupação de o processo de AA ser algo pertencente ao Programa e não ser desenvolvido somente para atender às exigências da Capes. Neste sentido os respondentes apresentam as seguintes abordagens.

No processo de autoavaliação pode ser melhorado os usos dos resultados da autoavaliação realizada, de tal modo que não apenas sirva para compor o relatório, mas se efetivem em ações geradas pelos dados pontuados nos diferentes instrumentos empregados para avaliação, caso contrário, ficará apenas como o registro para atendimento às exigências da avaliação externa realizada pela Capes no respectivo quadriênio.

Precisa ser desenvolvida como processo institucional reflexivo e não porque se trata de uma exigência da Capes.

A autoavaliação sempre ocorreu, porém, sem haver uma sistemática. Penso que ela deva ser incorporada como um processo estruturante do PPG, ganhando densidade e organicidade.

Por outro lado, há de se destacar que alguns Coordenadores de Programas acreditam que o processo está adequado como foi apresentado.

Entendo que o processo, da forma que está instruído, está adequado.

Considero as orientações para autoavaliação adequadas e importantes para a elaboração do Planejamento Estratégico.

Para mim o modelo é adequado.

Na abordagem que solicitou a manifestação em relação se algo deveria ser eliminado, pode-se evidenciar a existência da comissão externa.

Entendo que poderia ser eliminado a cobrança de uma comissão externa para participação no processo de autoavaliação do Programa, pois considero que é importante no processo, mas penalizar o Programa porque não contou com comissão externa acaba desconsiderando todo processo institucional.

Na abordagem que solicitou a manifestação em relação se algo deveria ser eliminado, perspectiva de regulação também foi realçada.

A perspectiva de regulação deve ser eliminada, de um lado, porque se mistura nos processos avaliativos, orientados por uma objetivação induzida (que por vezes não se alcança só com boas práticas individuais) e; de outro, na projeção da participação dos agentes locais (docentes e discentes).

No que se refere a se algo deveria ser ampliado pode-se realçar o quanto o processo de AA pode vir a contribuir na melhoria da qualidade da Instituição instigando a participação e o engajamento da comunidade acadêmica.

A autoavaliação pode constituir-se em uma peça chave no projeto social-acadêmico da Instituição, ao assumir um sério compromisso com a superação de desafios encontrados no processo avaliativo e com a melhoria da qualidade da Universidade, compreendida como a busca da ampliação de sua relevância social e acadêmica. Isso requer engajar a comunidade universitária em um processo permanente de autocrítica e transformação, apoiado no diálogo, na formação e na participação.



O instrumento também possibilitou que os Coordenadores colocassem sugestões ao processo. O desenvolvimento de eventos com o intuito de discutir o que envolve o processo em pauta foi trazido:

Um evento de socialização de experiências ligadas à AA pode ser muito revitalizador.

A realização de eventos com essa finalidade específica de discussão, tal como ocorreu na Unicamp em abril de 2023.

A organização de um seminário nacional sobre as iniciativas de autoavaliação - para troca entre os programas - penso que também colaboraria.

Essa experiência com a autoavaliação é ainda muito recente e precisa ser melhor discutida e aprimorada. Para isso a troca de experiência entre os diversos programas se faz necessário.

Houve, também, manifestações que destacaram a importância de o processo de AA ser coletivo com uma participação efetiva buscando a consolidação desta trajetória no desenvolvimento dos Programas.

Entendo que é um exercício importante, ainda inicial, mas que ajuda os Programas se repensarem e estabelecerem prioridades. É também uma forma de envolver todos no processo de consolidação do programa.

Trata-te de um movimento singular que pauta e contribui significativamente para o planejamento estratégico do PPG a curto, médio e longo prazos.

A avaliação permanente permite qualificar os processos.

A importância dos processos de avaliação e de autoavaliação como forma de acompanhar o cumprimento dos objetivos de um curso e de corrigir percursos.

Nenhum processo cresce sem que se verifique os seus pontos positivos, mas também, os negativos. Neste sentido algumas críticas devem ser evidenciadas:

A rediscussão da totalidade do Programa e eventuais transformações estruturais, organizacionais e conceituais, acabam por não encontrar lugar no relatório.

A destinação da autoavaliação deveria ser usada para orientação do processo e não apenas como fator de classificação para exclusão.

Se servir apenas como instrumento para atribuição de notas e de credenciamento/descredenciamento, ela perde seu valor.

Tenho reservas quanto à compreensão sobre a importância da Autoavaliação como elemento que promove inovação.

Para concluir, acredita-se ser importante realçar algumas falas que contribuem para o desenvolvimento e o engrandecimento de uma proposta de AA que, em sua primícia, busca a inovação, auxiliar no aperfeiçoamento do Planejamento Estratégico dos Programas e ainda, na continuidade de um procedimento eficaz na melhoria da qualidade dos cursos de mestrado e doutorado ofertados pelas variadas Instituições do país.

Penso que esse processo de autoavaliação dos Programas de Pós-graduação mereça nossa especial atenção. Trata-te de um movimento singular que pauta e contribui significativamente para o planejamento estratégico do PPG a curto, médio e longo prazos.

Estamos ainda experimentando esse novo modelo, acredito que precisamos de mais uma avaliação nesse formato para refletirmos sobre seus resultados e impactos. Acredito que a autoavaliação deve servir como ferramenta de análises e proposições do próprio PPG sobre seus processos, nesse caso é importante que não haja uma matriz referência de análise e sim possibilidades de acordo com a especificidade de cada programa e com seu alcance.

Sobre a importância de a avaliação ocorrer sob a tutela do próprio local, ou seja, proposições do próprio PPG, sendo garantida a liberdade comunicativa, já havia sido uma preocupação manifestada por Dias Sobrinho (2005). Colocava o autor que a motivação deve ser continuamente alimentada e dessa forma, fazer do processo um elemento de aprendizagem.



Considerações finais

O *survey* aplicado aos Coordenadores de Programas de Pós-graduação da área da Educação foi um instrumento importante para levantar a opinião a respeito da AA efetivada pela Capes. O objetivo proposto neste trabalho foi alcançado, levando-se em consideração tanto as respostas às perguntas objetivas do instrumento quanto as contribuições apresentadas na questão de espaço aberto do instrumento que foi disponibilizado. Dentre as respostas dos Coordenadores, percebe-se a valorização e a importância dos espaços de diálogos e trocas de experiências entre Programas e Instituições. Ficou clara a sinalização de propostas para realização de eventos e seminários nacionais para tratar do assunto Autoavaliação por parte da Capes.

Verifica-se pelas falas dos Coordenadores da Área de Educação que responderam ao *survey*, a sua preocupação com a possibilidade de que o atual instrumento, ficha da avaliação Capes, venha a fortalecer mais o aspecto quantitativo da avaliação do que o qualitativo. Também, se observa a preocupação relativamente ao uso dos resultados. Deseja-se que sejam efetivos para direcionar ações para a melhoria dos processos internos e, também, da própria cultura de avaliação do programa.

Uma contribuição deste estudo ao conhecimento sobre Autoavaliação tal como praticada por Capes, diz respeito a atenção que deve ser dada a "*O que deve ser melhorado*" no processo, nos instrumentos avaliativos, no preparo dos Coordenadores, no mapeamento dos egressos dentre outros. Depois, atenção ao que foi dito pelos respondentes sobre "*O que deve ser eliminado*" como a presença de avaliador externo nas comissões de AA e o fator regulação, bem como qualquer *viés* empresarial.

Finalmente, especial atenção à "*O que pode ser ampliado*", tal como a perspectiva do coletivo e da participação, a melhoria da qualidade da instituição, a socialização de experiências em eventos, seminários e outros e o uso dos resultados para fins de melhoria e não para classificação. Evidencia-se, portanto, que, os respondentes, os Coordenadores de programas, entendem que a AA não pode ser um fim em si mesma, porém, ela possui uma dimensão formativa e transformadora voltada para melhoria dos programas. A autoavaliação pode ser ampliada em alguns aspectos e, por outro lado, alguns itens da AA podem ser eliminados.

As perspectivas levantadas neste estudo reforçam que o desenvolvimento de uma política educacional de autoavaliação para os Programas de Pós-Graduação deve seguir acreditando em seus potenciais. Potenciais e realidades que buscamos compreender pesquisando as práticas realizadas, como apresentado neste estudo. Outros potenciais e realidades ainda vamos descobrir em pesquisas futuras que venham a abranger maior número de programas, áreas de conhecimento e respondentes, visto que a aplicação do *survey* e suas limitações serviram como norteadores para o entendimento do quanto é necessário um canal de comunicação capaz de auxiliar na trajetória de construção de um efetivo processo participativo de AA dos Programas de Pós-graduação no caso, na área da Educação, do País.

Fonte de financiamento

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq): Processo n. 311704/2020-4.

Conflito de interesse

Não há

Referências

Almeida, Luana Costa. (2016). Proposta de autoavaliação do Mestrado em Educação da Univas: caminhos, achados e possibilidades. *Argumentos Pró-Educação*, 1(3), 500-515. Recuperado em 14 de janeiro de 2021, de <http://ojs.univas.edu.br/index.php/argumentosproeducacao/article/view/151>

Brasil, André. (2022). Multidimensionality through self-evaluation: From theory to practice in the Brazilian graduate system. *FTEVAL Journal for Research and Technology Policy Evaluation*, 53, 97-106.



- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. (2018a). *Proposta de aprimoramento do modelo de avaliação da PG*. Relatório técnico. Recuperado em 27 de fevereiro de 2021, de http://regionais.anped.org.br/norte2018/wp-content/uploads/sites/3/2018/10/PNPG-CS-Avaliac%C3%A3o_Final_10-10-18_CS_FINAL_17_55.pdf
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. (2018b). *Proposta de Aprimoramento do Modelo de Avaliação da PG Documento Final da Comissão Nacional de Acompanhamento do PNPG 2011-2020 –CAPES*. Brasília: CAPES.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. (2019a). *Infográfico Aprimoramento dos instrumentos da avaliação*. Recuperado em 12 de outubro de 2023, de <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/18072019-infografico-aprimoramento-dos-instrumentos-da-avaliacao-pdf>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. (2019b). *Documento de Área. Área 38: Educação: MEC, CAPES, DAVES*. Brasília: CAPES.
- Dias Sobrinho, J. (2005). Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma ético-epistemologia da avaliação. In: Dilvo Ristoff & Vicente de Paula Almeida Júnior (Orgs.), *Avaliação participativa: perspectivas e desafios* (pp. 15-38). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Dias Sobrinho, José. (2019). Qualidade, pertinência, relevância, responsabilidade social, bem público. *Avaliação (Campinas)*, 24(1), 1-7. <http://doi.org/10.1590/s1414-40772019000100001>
- Dias, Juliana da Silva, & Oliveira, Cassius Gomes de. (2020). Avaliação da educação superior no Brasil, aspectos históricos e legais. *Avaliação (Campinas)*, 25(2), 238-256. <http://doi.org/10.1590/s1414-4077/s1414-40772020000200001>
- Griboski, Claudia Maffini, Peixoto, Maria do Carmo de Lacerda, & Hora, Paola Matos de. (2018). Avaliação externa, autoavaliação e o PDI. *Avaliação (Campinas)*, 23(1), 178-197. <http://doi.org/10.1590/s1414-40772018000100010>
- Leite, Denise, Pinho, Isabel Gomes, Sordi, Mara Regina Lemes de., & Miorando, Bernardo Sfredo. (2023). *Autoavaliação institucional na Pós-Graduação: Lendo nas 'entrelinhas'*. Revista da Faculdade de Educação (Universidade de São Paulo), 39(1), e392315. <https://doi.org/10.30681/21787476.2023.E392315>.
- Leite, Denise, Verhine, Robert, Dantas, Lys Maria Vinhaes, & Bertolin, Julio Cesar Godoy. (2020). A autoavaliação na Pós-Graduação (PG) como componente do processo avaliativo CAPES. *Avaliação*, 25(2), 339-353. <https://doi.org/10.1590/S1414-4077/S1414-40772020000200006>
- Nazareno, Elias, & Herbetta, Alexandre Ferraz. (2019). Pós-graduação brasileira: Sua construção assimétrica e algumas tentativas de superação. *Estudos de Psicologia*, 24(2), 103-112. <http://doi.org/10.22491/1678-4669.20190013>
- Rasco, Félix J. Angulo. (1998). La autoevaluación institucional como proceso de formación del profesorado. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 3(2), 77-90. Recuperado em 19 de fevereiro de 2020, de <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/994>
- Trevisol, Joviles Vitério, & Balsanello, Geomara. (2022). A pós-graduação sob a perspectiva dos egressos: Um estudo de autoavaliação. *Avaliação (Campinas)*, 27(3), 470-492. <http://doi.org/10.1590/s1414-40772022000300005>
- Viana Filho, M. V. C., Matos, Tereza Gláucia Rocha, Galindo, Melissa Cordeiro Torres, Silva, Roberta da, & Vale, Sílvia Fernandes do. (2019). O trabalho do professor na pós-graduação no Brasil após a Lei Nº 9394/1996. *Avaliação (Campinas)*, 24(1), 127-147. <http://doi.org/10.1590/s1414-40772019000100008>